017ª Audiência Pública 26JUN2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

> **AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**
> **A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre,** no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às **19h**, para debater o assunto acima referido. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara.
> ...26/06/25 Nordeste EMEF Deputado Victor Issler – R. Dezenove de Fevereiro nº 330...
> Porto Alegre, 28 de maio de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): (19h18min) Boa noite a todos. Daremos início a nossa audiência pública, agradecendo a todos que estão aqui nesta noite fria, para que juntos possamos dar continuidade a este trabalho para debater sobre o nosso DMAE e a importância para a sociedade. Pessoal, quem quiser se inscrever para falar, pode informar seu nome ali para o Douglas, teremos cinco minutos de fala. Compõe a Mesa esta vereadora, presidindo a audiência pública, Mariana Lescano, estamos à disposição; junto comigo estão o Ver. Coronel Ustra; o secretário André Coronel, representando o nosso prefeito; o Sr. Matheus Rocha, diretor do DMAE; o Sr. Edson Zomar, diretor do Simpa; o nosso querido Luiz Afonso, diretor legislativo; e o Sr. Jeferson Machado, do Cores DMAE. Peço que quem já se inscreveu possa sentar, para que a Prefeitura possa fazer a elucidação da sua apresentação. Vou passar a palavra para o secretário André Coronel.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Boa noite a todos, é um prazer estar aqui nesta região, nós estamos aqui para apresentar, por parte do governo, o projeto de concessão do DMAE. É importante dizer, com relação a esse assunto, que foi um tema tratado exaustivamente na campanha eleitoral. O prefeito Melo, já de algum tempo, vem discutindo esse tema e na campanha se posicionou firmemente pela concessão do DMAE, numa concessão parcial. Nessa previsão de concessão, nós queremos passar, conceder parte do serviço para a iniciativa privada, especialmente as redes de esgoto. O que acontece, para que todos saibam: há uma lei federal, que a gente chama de marco regulatório, que determina que, até 2033, os municípios do Brasil atinjam 90% de cobertura de esgoto sanitário. Nas condições atuais do DMAE, o DMAE demoraria em torno de 100 anos, vou repetir, o DMAE demoraria em torno de 100 anos para atingir um nível de 90% das redes de esgoto da capital. Então, com base em estudos, já há mais de dois, três anos sobre esse tema, nós chegamos à conclusão de que a concessão parcial é o instrumento que vai acelerar esses investimentos na cidade. Não tem como a gente suportar com a estrutura atual, reestruturar todo o saneamento básico da cidade. Eu estava conversando com a equipe que compõe a subprefeitura aqui desta região e eu perguntei: me digam como é a questão da rede de esgoto nesta região. Aqui, a rede de esgoto está numa situação crítica. Para quem não sabe, esta região é considerada o menor IDH, o menor Índice de Desenvolvimento Humano de Porto Alegre, aqui no bairro Mário Quintana. Então, é um dos bairros que vai se beneficiar fortemente com a concessão. A concessão é diferente da privatização. Enquanto que a concessão passa temporariamente um serviço para a iniciativa privada, a privatização passa de forma definitiva aquele serviço para a iniciativa privada. Isso é muito importante diferenciar, porque tem gente dizendo que se trata de privatização, e não é verdade. Isso se trata de uma concessão, se concede parte de um serviço público por um determinado tempo. O que é importante destacar no que nós estamos propondo? É fazer um equilíbrio entre o que o contribuinte vai pagar na água com a qualidade de serviço entregue. Esse é um assunto muito sério, é um

assunto da concessão, destinada àquelas pessoas que mais precisam de saneamento, as pessoas mais vulneráveis. Quem tem condição de pagar uma rede de esgoto? As classes mais altas da cidade, a classe média da cidade não tem problema de esgoto. Quem é que tem problema de rede de esgoto na cidade, pessoal? São as pessoas mais vulneráveis. Então, na verdade, este projeto é destinado para essas pessoas, para essas comunidades que hoje moram praticamente no meio de esgoto. É isso que a gente quer buscar. Então, é um assunto muito sério, ele não é de ideologia. Hoje, o governo federal, se vocês entrarem aí, peguem o celular e coloquem lá governo federal - concessão. Coloquem lá, abram o celular e coloquem lá no Google: governo federal - concessão. Olhem lá o que o governo federal fala de concessão, que é um instrumento moderno, que é um instrumento que vai acelerar investimentos e que traz retorno para a sociedade. E é um governo do PT. Então, não há questão ideológica nisso. O que há é um instrumento hoje moderno que se utiliza para acelerar investimento. A Prefeitura, para qualquer investimento que ela vai fazer, ela tem que fazer licitação. É um processo licitatório, que demora muito mais que na iniciativa privada, que simplesmente vai lá e compra o que ela acha mais barato, mais adequado, sem qualquer processo licitatório. É por isso que ela consegue acelerar, sem todo um sistema de controle que o poder público tem que ter. O privado, ele não precisa estar fazendo um processo licitatório, passar por 200 despachos, ele vai lá e executa aquela obra com rapidez. E o sistema é assim. Por isso que se utiliza hoje a concessão para poder acelerar esses investimentos. E, repito, quem é que vai ser beneficiado com a concessão, especialmente do saneamento básico? As pessoas mais necessitadas. Essa é a realidade. Então, eu gostaria de deixar essa afirmação. A tarifa social, ela é mantida, a tarifa social tem uma lei federal que regula. Não há prefeito ou prefeitura que mude isso, porque a lei federal determina a tarifa social. Então, a tarifa social, ela está mantida. Então, eu gostaria de destacar esses pontos, porque o fundamental é vocês saberem que há essa possibilidade de a gente acelerar os investimentos para as pessoas mais necessitadas da cidade. Obrigado.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Boa noite a todos, senhoras e senhores presentes. Cumprimento também a Ver.ª Mariana Lescano, que preside os trabalhos do dia de hoje, e os demais, em seu nome, os demais membros da Mesa. Vou tentar ser bastante objetivo, pessoal, e contribuir um pouco, abordar algumas das questões trazidas pelo secretário André Coronel, em especial, qual é o contexto onde se insere este projeto de lei, do que ele trata, qual a sua motivação e o que pretende endereçar, propor, executar. A gente parte, então, de um contexto, como mencionou o secretário André Coronel, de uma lei federal, que impõe a todos os entes da federação, a todos os municípios, que alcancem determinados parâmetros, níveis de atendimento, saneamento básico, mais precisamente, quanto aos níveis de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. E dentro desse nível, temos ainda, dentro desses parâmetros, nós temos ainda parâmetros intermediários e, além disso, uma agência reguladora nacional que fiscaliza, com apoio de entes, de reguladores locais, o cumprimento dessas metas, que envolve, além daqueles números grandes, metas como, por exemplo, de não intermitência no abastecimento da água. E caso não consigamos, os municípios não atendam esses níveis, pode ser frustrado o acesso a recursos federais. Essas são as consequências, em resumo, dessa lei, do novo marco regulatório de saneamento básico. E hoje, no município de Porto Alegre, o que nós temos é um alto nível de, um percentual grande da população atendido com abastecimento de água potável, embora tenhamos problemas de intermitência no fornecimento de água, e esse é um dos pontos que precisamos atacar, e também um nível ainda aquém de percentual da população atendida com coleta e tratamento de esgoto. Quando a gente olha para 2015, lá na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a gente via o tamanho desses desafios, uma fotografia daqueles desafios que já eram dimensionados. E, quando a gente olha para o desafio de esgotamento sanitário, a gente entende que são investimentos muito vultosos e bastante maiores que aquela capacidade de investimento que o Município, que o DMAE, tinha conseguido dar curso, ou vem dando curso, que é não superior a R$ 100

milhões/ano, enquanto esse montante que precisava, ao menos naquela fotografia olhada, já alcançava valores na casa de R$ 3 bilhões só para o esgotamento sanitário. O que nos leva, nesse cálculo bastante correlacionado, seria, para a gente poder ilustrar, elucidar um prazo de pelo menos 30 anos para conseguir focar todos os investimentos em esgotamento sanitário e alcançar esses índices.

Do que trata o projeto de lei que se propõe? Trata, então, de autorizar a concessão do serviço de saneamento básico no Município de Porto Alegre. E por que propor um projeto desses? Primeiro de tudo, ele não seria necessário, não seria necessário se propor uma lei que autorizasse isso, porque a lei federal já autoriza, ela dispensa uma lei municipal autorizando a concessão de serviços. Mas a gestão, o Município, a Prefeitura entende que esse também é o ambiente adequado para que sejam estabelecidas algumas questões para além do que a lei federal já autoriza. E a primeira delas que a gente pode ver é uma limitação de que não sejam concedidos os serviços de captação e tratamento de água. Então, no que é proposto aqui, o Município fica, permanece com a responsabilidade direta de prestação desses serviços, de captação e tratamento de água, para além, é claro, da parte toda de drenagem urbana, que permaneceria com o Município, mas delegaria, contrataria um terceiro que seria responsável por executar obras e prestar serviços de esgotamento sanitário e de distribuição de água. Além disso, a gente dispõe, no projeto de lei, também, de garantias: a manutenção dos cargos hoje existentes no DMAE, dos servidores que hoje lá estão, que são parte de suma importância na implementação de um contrato como esse, na gestão de um contrato como esse e na fiscalização de um contrato como esse.

E, terceiro ponto, de suma importância, que o projeto de lei dispõe e que a lei federal não dispõe... (Presidente informa que resta um minuto do tempo acordado.) Perfeito. É a finalidade dos recursos eventualmente recebidos na concessão. Então, o projeto de lei está dizendo que eventuais recursos recebidos na concessão têm que ser aplicados no saneamento básico, têm que ser aplicados na melhoria da qualidade dos serviços do saneamento básico, em

especial daquela parte que vai permanecer sob prestação do Município, é claro, por exemplo, a drenagem urbana, os serviços de manejo de águas pluviais, proteção contra cheias.

Acho que é isto: de forma geral, expor um pouco do que se pretende a partir do projeto de lei, mas a gente segue à disposição para trazer maiores esclarecimentos. Obrigado.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Muito obrigada. Agora, vamos passar a palavra para o Edson, do Simpa.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite a todas as pessoas presentes, à Ver.ª Lescano, ao Luiz Afonso, ao Matheus, ao secretário André Coronel, enfim. Sou Edson Zomar de Oliveira, diretor do Simpa. É uma reunião importante, uma noite fria, como têm sido as mais variadas que nós estamos participando até agora, mas, basicamente, qual é a posição do Simpa? O Simpa tem como definição o entendimento de que a existência do serviço público estatal é fundamental em uma sociedade como a nossa, em todas as áreas, porque é ele que assegura a execução da atividade, da prestação de serviço, seja no saneamento, na educação, na saúde e em outros mais, em condições compatíveis e de acessibilidade a todas as pessoas, porque o serviço público não é um negócio; ele, quando arrecada, cobra tarifa, coisa e tal, é para manter e aprimorar o serviço. Quando concedido, privatizado, terceirizado, conveniado, parceirizado – o nome que se dê –, acaba acontecendo o quê? Uma apropriação dessa renda para ser transferida para qualquer empresa que tem como objetivo, naturalmente, a questão do lucro. E como é que se dá esse lucro? Com o mínimo gasto em mão de obra, o mínimo gasto em material; e, geralmente, quando há investimento, o investimento é com dinheiro público, via BNDES, principalmente, no caso, esse do DMAE. Ou seja, o mesmo estudo solicitado ao BNDES por parte da Prefeitura, no sentido de como tornar o DMAE melhor, tinha qual viés? Uma concessão, privatização total ou parcial. Não foi encaminhado o que fazer para manter o DMAE público e estatal. O DMAE, que tem um pouco mais de

tempo de vida sabe, até há dez anos atrás, pelo menos, tinha um grau de atendimento, de eficácia, muito superior ao que tem agora e o problema está no quê? Não é o DMAE ser público, o problema está na forma como o DMAE tem sido gerido ou não gerido, em especial a partir de 2017, com a clara intenção de fazer entrega ao parceiro privado. Tivemos, em 2017, o PL nº 10 do prefeito Marchezan, e assim continuou. Ou seja, todo o tempo e esforço que existiu, a partir de 2017, tivesse sido feito no sentido de manter o DMAE público funcionando e aprimorando a sua atividade, uma série de índices, não só da água, de 99%, como na área do esgoto, como mesmo na área da drenagem, teria sido efetivado de melhor forma, como pode ser até agora, porque a própria administração não tem o projeto executivo em si e a sua modelagem de negócio pronta. E a fonte financiadora não é a empresa, a empresa não vai botar dinheiro do seu capital, ela vai captar o recurso junto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou seja, o banco público, o mesmo órgão que a Prefeitura poderia fazer essa captação. Então o quadro de definhamento do DMAE, em nível de quadro de pessoal, de não execução de coisas projetadas a tempo, leva à justificativa de que o DMAE público não consegue funcionar e, nesse caso, torna refém, sim, porque é uma concessão que é uma forma facilitada de privatização por 35 anos, depois de 35 anos, o que vai restar de conhecimento? A Prefeitura fica refém, sim, de uma empresa onde ela vai captar e tratar, mas quem vai comercializar e faturar esse serviço vai ser a empresa privada. Isso aconteceu com a Aegea, que é o modelo, onde, inclusive, vários foram viajar à Aegea para entender como era bom o projeto, e hoje o próprio Estado, que tinha mantido a captação e o tratamento, já encaminha, entende, uma ida para o mercado visando a entrega da parte de captação. Ou seja, são monopólios privados, não se trata de um comércio de uma concorrência onde a pessoa pode escolher o fornecedor de acordo com a qualidade e o preço. É uma torneira só, assim como no caso Equatorial é uma tomada só. E a intermitência citada aqui é causada pelo quê? Pela deficiência de quadro pessoal, onde as partes terceirizadas não conseguem manter a qualidade, tem o resserviço. Tem a questão de aprendizado, porque a atividade do DMAE, ela requer – e não tem

formação no mercado –, um exercício para ser apropriada, a questão própria do esgoto que tanto preocupa, a gente tem citado isso, e é uma verdade, por exemplo, a ETE Sarandi, que atende toda a Zona Norte – ou deveria atender porque faltam redes, inclusive há uma proposta de investimento do PAC para que isso aconteça –, foi inundada e ficou um ano parado. E agora, recentemente, há um processo de manutenção para que ela volte a operar, ou seja, uma questão de saúde pública, ou seja, não há o foco real da administração na questão do atendimento do esgoto, como isso prova. Não há o foco real, todo o foco tem sido em preparar o DMAE para essa entrega, para essa concessão parcial, que no nosso entendimento é uma forma, sim, facilitada, de privatizar o DMAE, assim como tem sido em outras áreas. Nós já tivemos o exemplo da Carris, que já foi uma empresa-modelo no Brasil, e como é o transporte público hoje, o que nós vemos hoje de dificuldade na área da saúde, e assim o vai em todas as áreas. Ou seja, se abre mão de ter um Estado gestor que possa fornecer e entregar o serviço diretamente ao usuário, à população que necessita, para que haja um intermediário, uma empresa que vá executar isso aí. A continuar isso, na verdade, não precisamos de um prefeito, precisamos de um gestor de contratos. Então, basicamente, o que a gente reivindica aqui, e colocando para todos vocês, é o que? Que o DMAE permaneça público, que a Prefeitura autorize a nomeação de todos os aprovados nos últimos concursos, preencha os cargos vagos e havidos, para poder voltar a atender a população; que volte o DMAE a ter autonomia administrativa como autarquia; e que peça sim o estudo ao BNDES como fazer o DMAE público ficar melhor do que já foi, e do que pode ser, do que está hoje e não está por ser público, mas sim por opção política da antiga gestão do prefeito Marchezan, da gestão anterior do prefeito Melo, e continuando agora. E como a gente tem colocado, sempre é tempo de a gente ajustar as coisas a bem do serviço público. E o melhor ajuste a fazer para a população de Porto Alegre é manter o DMAE público com investimento num órgão que o que cobrar vai ser para manter e aprimorar o serviço, e não para auferir lucro para terceiros.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada. Agora, com a palavra Jeferson. Cinco minutos.

SR. JEFERSON NEVES MACHADO: Boa noite a todos, agradeço à coordenadora da Mesa, a Ver.ª Mariana; ao diretor do DMAE; ao secretário Coronel; ao outro vereador que não me lembro o nome agora, mas Ustra; ao representante da Câmara de Vereadores, diretor da Câmara de Vereadores. Vou me apresentar para vocês: me chamo Jeferson Neves Machado, tenho 31 anos de Prefeitura, 24 de DMAE e 6 de iluminação pública, faço parte do Cores DMAE, sou técnico industrial, trabalho no setor de manutenção do DMAE hoje, nas casas de bombas. Minha formação, para vocês saberem: técnico eletrotécnico, técnico em informática industrial, engenheiro eletricista e pós-graduação em engenharia de manutenção. Então aqui vem alguém... Eu vou mudar um pouquinho o viés dessa nossa conversa hoje aqui, tá ok? A questão do DMAE hoje público foi a questão de campanha do Melo que vai fazer a concessão. Então, já foi falado muitas vezes aqui que não é uma privatização, é uma concessão. Vocês sabem o período da concessão? Acho que todos já sabem: 35 anos. Depois de feito o contrato, eles dizem que lá vai ter cláusulas que vão poder reverter, se não houver servidores não vão poder reverter. Então são 35 anos. Isso, estou dando outro exemplo, a Aegea comprou a Corsan no Estado; BRK Uruguaiana; não conseguiram reverter, não conseguiram reverter, vão dar multas, não vão reverter, vai para o jurídico. Então vai ser muito difícil a Prefeitura conseguir reverter isso aí. Isso é algo que eu estou explicando para vocês, para vocês entenderem o tamanho da coisa.

Morei no bairro Rubem Berta, morei no Jardim Leopoldina, então eu também posso falar aqui, que eu sei também das condições do esgoto, sei das condições da água de todo o Porto Alegre. Então muitos aqui que estão aqui representando, ou não sei o quê, vocês fiquem sabendo, eu vim aqui, não é questão nem de ideologia, não é partido político; é eu, como cidadão e como servidor, mais como cidadão, eu sei que isso vai prejudicar a periferia. Eu, Jeferson, digo, em vários locais do mundo foi estatizado, estão reestatizando. Vocês estão pegando

verbas, vão pegar verbas do BNDES, a empresa privada vai pegar verba do BNDES, o DMAE já pegou verba, já fez o Pisa, então por que que em vez de estar gastando energia em querer entregar o DMAE, por que que não estão gastando energia em fazer uma gestão pública e captar verba? Dizem daquela licitação, mas no Pisa houve licitação e o projeto socioambiental Pisa foi feito, hoje está num valor em torno de R$ 1,4 bilhão, em valores atuais. A questão de esgoto, já está feita, a empresa que pegaram aqui, vai fazer as ligações de esgoto. Então nós passamos de 50 que eles dizem, eu acho que é 70, vamos para 80% do esgoto. Nós precisaríamos de 10% para alcançar o marco legal, nenhuma empresa que for pegar no Brasil todo, vai conseguir fazer em 2033, vai chegar, depois que privatizar o saneamento em todo o Brasil, sabe o que vai acontecer? Depois vocês me cobrem, vão para 2040, diz lá na cláusula do projeto, vai para 2040. Então as empresas vão para 2040; eles não vão conseguir, por quê? Mesmo eles dizendo que vão captar verba, eles não vão ter tempo suficiente em oito anos fazer todo esse trabalho. Então, o que está acontecendo aqui? Nós estamos entregando algo que é da população de Porto Alegre, o DMAE, dizendo que nós não somos... Há 8 anos nós viemos sendo sucateados, nós temos hoje 954 servidores, nós tínhamos que ter 2.700 servidores para estar atendendo a cidade.

A questão de intermitência de água, chegamos a 90% já, 99%, 100%, sabe qual é a questão de intermitência? Não foi feita a hidráulica que era para estar pronta em 2024, da Ponta do Arado, por quê? Porque em vez de gastar energia na gestão pública, estamos gastando energia na venda, na parceirização do DMAE, que vai ser melhor para a população de Porto Alegre. Infelizmente, eu tenho isso para dizer para vocês, eu moro aqui, tá, já morei aqui, moro, não moro mais no bairro Zona Norte, continuo na Zona Norte, mas não estou mais no bairro aqui, não vai resolver. Vocês que estão dizendo que vai resolver, vão ser cobrados; não vai resolver. O esgoto, se não tiver vontade política, não é só questão de verba, vontade política de botar a questão de ampliação dos bairros, a questão de, aumentaram os bairros aqui, aumentou a número de moradias, e aí? O DEMHAB, existem hoje, só um exemplo, tem questões que são muito mais

complexas, não é só o saneamento, tem a questão do DEMHAB, habitação, saúde, tem várias coisas.

Então tudo está englobado. O DMAE é saúde, água é vida... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.)... não é questão só de drenagem. Outra coisa que não foi falada aqui, por que nenhuma empresa quer o esgotamento pluvial? Porque não tem tarifa, não tem retorno, não tem retorno, não tem lucro. Sabem com quem vai ficar? Com a Prefeitura. Sabem quem é que vai pagar? Nós, população de Porto Alegre, nós vamos continuar pagando os impostos. Então vai ser investido, diz que vão investir, não sei qual é o tipo de modelo, que é outorga, mas o modelo de outorga pode ser colocado lá e desviada essa verba para obras, obras habitacionais, obras de questão ambiental. Então o dinheiro pode não ir só para drenagem, é isso que vai acontecer. O dinheiro não vai só para drenagem, tem verba federal. Aí falam em 100 anos, já está vindo verba federal e está sendo implementada em projetos do DEP. Mas e a água? Por que que não estão investindo na água? Estão esquecendo da água, esqueceram da água agora, só DEP? Nós continuamos trabalhando, eu trabalho lá, eu sei, o sistema da Av. Manoel Elias está saturado, tem três... Nós não temos nenhum bombeamento reserva; estragou um, nós temos que sair correndo. Os servidores, que são vagabundos, têm que sair correndo para fazer a manutenção, para continuar a água para a população. A intermitência se dá por falta de gestão. É isso.

Concluindo, essa privatização, essa concessão, como eles dizem, não é privatização, desculpem, concessão de 35 anos, vai impactar vocês, todos, vai cortar o futuro dos seus filhos, lá adiante vai continuar o esgoto correndo. Eles vão entregar o patrimônio, vocês vão pagar mais caro e vai acontecer o que vai acontecer com a CEEE Equatorial, que não é mais CEEE, é Equatorial, entregaram à privatização. Quantos dias vocês ficam sem energia agora? Quantos dias? Ficavam um, dois dias com a CEEE, agora ficam cinco, sete dias. O que vocês acham que vai acontecer com a água? Não vai ter, vocês vão chorar? Quem vai pagar vão ser vocês. Muito obrigado. Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Muito obrigada. Agora vamos passar para os inscritos. Chamo, por gentileza, o Ver. Jonas Reis, vereador de Porto Alegre, para que possa fazer uso da palavra. Cinco minutos, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa noite a todas e todos que estão aqui e boa noite também à Mesa, a todos os vereadores, o pessoal do governo, também aqui do Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre –, os trabalhadores do DMAE. Nós temos visto o que está acontecendo na cidade. O DMAE tem dinheiro em caixa, mas em 13 meses o prefeito não deixou o DMAE trabalhar. Tem 2.500 cargos vagos. Como é que vai combater a enchente se o prefeito não fez concurso público para funcionar o departamento? Aí vocês olhem o que está acontecendo agora na cidade. Não está uma enchente grave, mas furou o dique; lá no Guarujá, estão ruas alagadas; ali na Praia de Belas alagou. Tem condomínio que comprou bomba para tirar a água de baixo, porque o condomínio é mais baixo que a rua; 4º Distrito também, a Rua João Moreira Maciel alagou. No ano passado, o DMAE teve que receber ajuda da Sabesp – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre –, de São Paulo, e de outras três empresas que mandaram para cá funcionários para ajudar o DMAE a reestabelecer o funcionamento das casas de bombas. Pois bem, o prefeito não fez concurso de lá para cá, de maio para cá, ele não fez concurso para botar pessoal permanente. Se desse a enchente agora como deu no ano passado, nós íamos ter que esperar servidores de outros Estados para nos salvar de novo. Esse é o prefeito Melo, ele não olha para nós. E agora ele traz uma proposta para entregar para uma empresa privada o DMAE, sendo que os engenheiros disseram para ele, em 2023: “Melo, tem que fazer obra nas casas de bombas, tem que ajeitar, tem que reformar.” Tem um processo de mais de cem páginas, está lá na justiça. Ele não deu bola, porque o Melo é o prefeito que nomeia o diretor do DMAE, presidente, ele nomeia, então ele tem responsabilidade, porque ele é o prefeito. Então ele não pode dizer que o DMAE não funciona como eles estão dizendo agora. O DMAE tem o dedo do Melo, porque foi vice-prefeito quatro anos, foi prefeito quatro anos, é prefeito de novo, é responsabilidade dele. Aí ele quer

botar responsabilidade no DMAE. Tem uma comissão lá na Prefeitura que não deixa o DMAE fazer com autonomia as obras, fazer andar a cidade. Hoje a gente liga para o DMAE, aí demora. Por que demora? São 2.500 cargos vagos, é claro que vai demorar. Se eu chegar agora, entrar num bar, para comprar um lanche, e tiver 20 pessoas para ser atendidas, e só um garçom, o que vai acontecer comigo? Eu vou ficar meia hora, uma hora esperando. O serviço público é a mesma coisa. Como é que está a saúde hoje pública de Porto Alegre? Colapsada. A gente chega lá para buscar o atendimento, são horas e horas de espera, porque tem pouco funcionário. Por quê? O Melo não usa o SUS, o Melo não precisa, os políticos do Melo não precisam. Então eles sucateiam, deixam fragilizado, funcionando mal, cambaleante, para a população falar mal.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Vereador, só um minutinho. Aviso de utilidade, pessoal, Etios IYI7246 está sendo guinchado. Se alguém for o proprietário desse carro, por favor, vá até o local, Etios IYI7246. Pode prosseguir, vereador, seu tempo está assegurado.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, pessoal, eu dizia, não adianta pensar que, porque o DMAE está desse jeito, não funciona porque não quer. Não, são as pessoas que deixaram o DMAE ficar assim. Agora não querem concurso público, não querem investir, não deixam os trabalhadores lá atuarem, chamam um monte de empresa precarizada, como está a CEEE Equatorial. Vocês viram como está a CEEE Equatorial? A CEEE Equatorial, a gente tem oscilação de energia há dois dias. O Belém Novo ficou sem luz e não tinha temporal, não tinha chuva, não tinha nada. Estavam sem luz. Então, porque o privado tem que ganhar lucro. Aí eles dizem aqui que a tarifa não vai aumentar, não vai aumentar. Mentira, mentira! Por quê? A empresa pública, autarquia, ela não paga 34% de impostos. A empresa privada que chegar vai ter que pagar fundo de garantia, ISS – Imposto Sobre Serviços –, IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –, ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços –, Imposto de Renda, como toda empresa privada. E hoje a autarquia

pública, ela barateia 34%, no mínimo, para todos nós. Quem vai pagar? Ah, quem ganha R$ 5 mil, R$ 10 mil, se aumentar 200 pilas, 50 pilas, uma conta de água, tudo bem. Agora, a mãe trabalhadora que luta o dia inteiro para ganhar o salário mínimo de doméstica, de trabalhadora dos serviços gerais, no final do mês, receber menos que o salário mínimo e ter que pagar R$ 50 a mais numa conta de água? É por isso que eu sou contra a concessão, porque eu não quero que encareça para o cidadão, porque, de saída, vai encarecer 34%, e nós temos que ter consciência. Mesmo que a gente tenha boa vida, porque o político tem boa vida, essa é a realidade, político não tem problema nenhum, político tem carro, tem boa casa, chega lá, liga o ar-condicionado; agora o cidadão, o cidadão não tem, e nós temos que ter essa consciência com o cidadão, é para ele que a gente tem que olhar. Se puder deixar como está, mais barato, nós temos que deixar, e não encarecer, de cara, 34%. Por isso que eu sou contrário.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada, vereador. Paulo Sérgio de Moraes, por favor, vem aqui à frente, cinco minutos para fazer a fala.

SR. PAULO SÉRGIO DE MORAES MONTEIRO: Boa noite a todos, boa noite à Mesa.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Peço que quem começa fale o nome, por favor, para o pessoal da televisão.

SR. PAULO SÉRGIO DE MORAES MONTEIRO: Paulo Monteiro, presidente da Associação do Recanto do Sabiá. Para ser bem objetivo, a gente aqui nas comunidades, aqui do Mário Quintana, no geral, as comunidades pobres do Mário Quintana que a gente representa aqui, a gente não tem esgoto, há muito tempo que a gente não tem esgoto ali. Vai encarecer? Já está caro, já está caro, gente, os valores das coisas já estão caros, o problema é a gente estar sem esgoto e continuar pagando o preço. Mas, ainda assim, a gente quer garantias de que, se for implantada essa concessão, que se mantenha, então, que a gente

gostaria que se mantivesse essa tarifa básica, porque, como disse o Jonas Reis ali, nós somos comunidade pobre, e a gente não tem como arcar com mais essa dívida. Mas, claro, segundo foi falado aqui, a gente, em cem anos, não conseguiria colocar essa rede de esgoto. Então, se a gente vai ter essa rede de esgoto em menos tempo, mas vai ter que se pagar um preço, infelizmente já estamos pagando esse preço, já estamos pagando esse preço e muito caro. Sou a favor dessa concessão, mas que a gente tenha condições também de poder pagar ela. Muito obrigado, uma boa noite.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Muito obrigada. Marcelo Severo, por favor, vem aqui à frente, cinco minutos para fazer o uso da palavra.

SR. MARCELO SEVERO: Boa noite, meu nome é Marcelo, eu sou morador aqui da região e sou funcionário do DMAE. A gente está vendo aqui falarem em concessão, privatização, concessão não é privatização, não é terceirização, mas assim, a água vai ser vendida para a comunidade e para toda a Porto Alegre por uma empresa privada. Eles vão pagar mais barato pela água do DMAE e vão vender mais caro para vocês. Como o vereador falou, a empresa tem custos que a Prefeitura não tem. Esses custos vão ser repassados, ou a Prefeitura vai pagar com o dinheiro dos nossos impostos, ou, então, a gente vai pagar mais caro na conta da água. As pessoas reclamam também que não têm esgoto, dificuldade de intermitência da água, só que assim: a gente está há oito anos, oito anos e meio agora, com um processo de desmonte do DMAE. Os caras estão precarizando o DMAE, e isso foi atestado pelo Ministério Público de Contas, que colocou que a re-gestão do Marchezan realmente precarizou o DMAE, criou empecilhos para o DMAE fazer o seu serviço. Então assim: por que o Marchezan fez isso? Por que o Marchezan sabotou o DMAE e depois seguiu no mandato seguinte, e no mandato que a gente está agora? Porque o interesse sempre foi vender, o interesse é desacreditar o órgão público, para que as pessoas venham aqui reclamar que o atendimento é ruim. O atendimento é ruim, porque ele é feito para ser ruim pelas administrações do Marchezan e do Melo, tá? Aí a gente está

ouvindo aqui que vai ter, que, na concessão, vai ter contrato, vai ter fiscalização, vai ter multa. Só que assim: foi privatizada a água em diversos lugares do mundo, do Brasil, e a água aqui no Rio Grande do Sul, no interior do Estado, é da Aegea, a empresa que vai ser a concessionária do DMAE, tá? O que é que acontece? Não deu certo em nenhum lugar, todos tiveram problema. Nos outros países, já foi reestatizado, foi pego de volta, por quê? Porque não funcionou, e não funcionou em que sentido? Porque não atingiram as metas. “Ah, tem que privatizar para poder atingir as metas”, mas onde foi feito, isso não funcionou, as metas não foram atingidas e o saneamento teve que ser recuperado pelo Estado. “Ah, tem que atender o esgoto”, as pessoas estão falando aqui, e claro, é uma necessidade básica, só que a maioria dos lugares reestatizou, porque também não foram atendidas as regiões mais vulneráveis. As comunidades mais pobres não recebem atenção da empresa privatizada, porque não dá lucro. No Tocantins, foi privatizado o saneamento do Estado, passaram-se alguns anos, nenhuma meta foi atingida, e o governo do estado de Tocantins teve que criar um novo órgão, uma nova autarquia para atender os municípios que a empresa privada não quis atender, porque não davam lucro. Então não adianta ter contrato, não adianta ter fiscalização, não adianta ter multa, a multa é mais barata do que o serviço, a empresa vai preferir pagar a multa do que fazer o serviço, é muito mais barato para a empresa. Não adianta ter contrato e fiscalização, se vocês forem pensar, a Pousada Garoa era fiscalizada, queimou e as pessoas morreram. Se vocês forem pensar, Brumadinho, Mariana, eram fiscalizadas, e por que teve rompimento e morreram centenas de pessoas? Por quê? Porque é mais barato pagar a multa do que fazer o serviço, fazer a manutenção. A empresa sempre vai optar pelo que é mais barato! Aí a gente diz: “Não, mas aqui precisa para resolver o problema do esgoto, a Prefeitura está pensando numa necessidade básica, essas pessoas não têm esgoto.” A Prefeitura que está dizendo que precisa entregar o DMAE para atender as demandas de esgoto é a Prefeitura que deixou parada a ETE Sarandi, é a Prefeitura que está jogando o esgoto direto no rio. Essa Prefeitura não está preocupada com o esgoto, ela tem uma obsessão pela concessão, ela não

investe no DMAE porque quer vender. O Marchezan queria vender, não conseguiu, passou essa bola para o Melo, e o Melo, em nenhum momento, pensou em melhorar o DMAE, o tempo todo ele só trata de tentar vender. Ele não conseguiu ano passado por causa da enchente, porque eram os servidores do DMAE que estavam lá trabalhando para diminuir os problemas causados pela enchente. A Prefeitura não tem interesse em atender esgoto, não tem interesse em atender a água; ela só quer vender o DMAE, assim como vendeu a Saúde, vendeu a Carris, quer vender a Redenção, todo o serviço público vai ser entregue para a iniciativa privada. Isso não é gestão, isso não é um prefeito, isso é um despachante, isso é alguém facilitando a venda do que é da comunidade.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Para concluir.

SR. MARCELO SEVERO: Concluído. Obrigado.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada. Agora quero chamar a Jandira Oliveira. Por favor, venha aqui à frente.

SRA. JANDIRA OLIVEIRA MARTINS: Boa noite a todos, boa noite à Mesa. Eu sou de acordo, porque, a partir do momento que nós, da comunidade, quando a gente assume a tomar conta de uma comunidade, a gente vê claramente as precariedades que existem ali. E a minha comunidade foi uma delas, continua sendo, claro, com alguns paliativos, mas continua sendo. O esgoto é muito precário, as condições, porque onde tem esgoto, tem que haver água. Lá na minha comunidade, ou tu tomas banho, ou tu lavas louça, ou tu lavas roupa; as três coisas que tu não consegues fazer, começando, já de saída. Então, eu sou de acordo, porque muitas siglas e pouco trabalho, isso tem em tudo quanto é lugar, então eu acho que, se for para melhorar, é melhor 30 anos do que 100, com certeza, todo mundo vai concordar comigo. Então, eu acho que se é para melhorar, vamos ver se isso vai funcionar, eu sou de acordo completamente, sim, da concessão, porque do jeito que está, está bem complicado, entendeu?

Bem complicado mesmo. Entra governo, sai governo, e a situação continua da mesma forma. Então, eu, Jandira, como representante da minha comunidade, eu sou inteiramente de acordo, porque, se é para melhorar, vamos ver o que dá para fazer.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada, agora eu vou passar a palavra para o Ver. Coronel Ustra. Cinco minutos, vereador.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Boa noite a todos, sou o Ver. Coronel Ustra. Nós estamos aqui na sétima audiência pública, num total de 17. É muito importante nós percorremos a cidade inteira, em todas as regiões, para ouvirmos as demandas, os anseios e as dúvidas da comunidade. Nós, andando pela comunidade, Ver.ª Mariana Lescano, no chamado Mais Comunidade, que é um programa da Prefeitura, nós observamos muitas comunidades com esgoto a céu aberto. E como bem disse aqui o nosso secretário de governança, secretário André Coronel, se nós continuarmos do jeito que está, levaremos aí 100 anos para resolver este problema, e, com a concessão, esse tempo será reduzido. Então é uma solução e é o que nós estamos aí apoiando para que nós possamos melhorar o serviço ao cidadão, que é o grande cliente dessa questão. Então agradeço a presença de todos, neste dia gelado aqui, e vamos continuar ouvindo a população para que nós possamos levar para a Câmara de Vereadores e que a Prefeitura também leve para o prefeito aí as demandas, os anseios e as dúvidas, principalmente do pessoal do DMAE aí, para esclarecer para toda a sociedade. Muito obrigado, uma boa noite a todos e bom trabalho.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada, vereador. Agora vamos chamar Guilherme Barbosa, que já foi vereador da nossa querida cidade e diretor do DMAE.

SR. GUILHERME BARBOSA: Boa noite, cumprimento a Sra. Vereadora, demais componentes da Mesa, a representação do Simpa, a comunidade. Eu

começo lendo uma notícia do Jornal do Brasil, que é do Rio de Janeiro, no dia 14 de dezembro de 2024: “A agência reguladora do Rio de Janeiro autoriza aumentos de 9,83% a 14,28% para as tarifas de água e esgoto das quatro concessionárias do Rio de Janeiro. O IPCA, o índice que mede a inflação foi 4,87%.” Então, aumentou do dobro ao triplo a tarifa em cima da inflação. E assim é no mundo inteiro, pessoal – no mundo inteiro! Já foi dito aqui, são mais de 1.700 serviços que foram reestatizados, a maioria exatamente em saneamento e energia elétrica. E mais de 50 países, como Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá, Argentina, Berlim, Paris reestatizaram o serviço. E a explicação é sempre a mesma: aumento muito grande de tarifa, baixo investimento e perda de qualidade. Então, essa conversa fiada, repito o termo, essa conversa fiada de que o serviço vai ser universalizado, vai chegar nos bairros populares, isso não é verdade em nenhum lugar do mundo. Os países têm puxado de volta, porque isso que prometem para vocês não acontece. O DMAE vai fazer, em dezembro, 64 anos, e antes o abastecimento na cidade era feito por empresas privadas. Na década de 1940, o prefeito José Loureiro da Silva, que era um homem de direita, puxou o abastecimento para a Prefeitura, porque o abastecimento não chegava nos bairros, a água e nem o esgoto. Puxou para a Prefeitura, porque não se ampliava o serviço. E todos os prefeitos, todos os diretores vieram melhorando o serviço do DMAE paulatinamente. Um grande defensor do DMAE público era João Antonio Dib, era mais defensor do que eu, inclusive, do DMAE público e estatal. Mas aí chega o Marchezan, que é defensor de passar tudo para a iniciativa privada, segue o prefeito Melo e baixam radicalmente o investimento do DMAE. E é por isso que o secretário traz esse número fantasioso de que vai ser preciso 100 anos. Não é verdade, o DMAE, a cidade de Porto Alegre já tem estrutura de tratamento e coleta de esgoto de 80%. A água em Porto Alegre, quando virou o século, já era universalizada e começou a faltar água de novo, exatamente, nas administrações do Marchezan e, agora, do Melo. E ao mesmo tempo, o que é que a gente vê? Quando eu fui diretor do DMAE, lá em 1989 a 1992, era o diretor-geral, que era eu, e mais quatro diretores. Agora vocês sabem quantos diretores tem lá no DMAE, além do presidente? Eles chamam agora de

presidente. Tem oito. Eles duplicaram o número de diretores lá para ajeitar a turminha lá no DMAE, eram quatro e agora tem oito. E já teve um diretor que foi acusado pela polícia de receber propina de R$ 500 mil, já teve outro CC nomeado pelo Melo, que trabalhava na licitação, olha só que lugar interessante que colocaram o cara, que também foi indiciado pela polícia. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E quando nós tivemos a inundação, no dia 30 de abril de 2024, o DMAE tinha, em caixa, R$ 430 milhões, não em caixa, mas aplicado no sistema financeiro – R$ 430 milhões! –, porque a ordem era não investir, não fazer obra para precarizar o serviço. E esse é o mesmo prefeito que entrega tudo para a iniciativa privada. Já foi dito que é um síndico, sei lá o que ele é, sabe? É o mesmo prefeito que fez com que a educação na cidade de Porto Alegre, hoje, seja a última em qualidade no Brasil; que a saúde é a penúltima cidade em investimento em saúde. Privatizou esse serviço. Mesmo que o DMAE não seja privatizado, mas o serviço de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto será privado durante 35 anos, para infernizar o povo de Porto Alegre. Olhem o exemplo da Equatorial, olha o exemplo da Aegea – os serviços pioraram muito! Muito obrigado. Boa noite.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada. Silvio Prestes, por favor.

SR. SILVIO PRESTES DOS SANTOS: Boa noite a todos. Silvio Prestes, conselheiro da região Nordeste pelo OP. Ao me dirigir à Presidenta, cumprimento a Mesa também.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada.

SR. SILVIO PRESTES DOS SANTOS: Bom, nós somos 37 comunidades aqui no Mário Quintana, na região Nordeste. Sendo que, dessas 37 comunidades, nós temos pelo menos umas 15 sem esgoto tratado, a céu aberto, jogando água poluída nos mananciais, que eu me recuso a chamar de valão – eu me recuso porque são arroios que nós, seres humanos, transformamos em valão. São

arroios, são águas que poderiam ser limpas, poderiam estar limpas e sendo escoadas para serem usadas também por nós mesmos, seres humanos. Então eu digo assim, se vem para melhorar essa parte com essas comunidades onde não tem esse esgoto tratado, eu concordo. Mas assim ó, o fato do aumento da conta vem mesmo? Porque temos, dessas mesmas 37 comunidades, 99% delas são pessoas humildes, muitas vivem do assistencialismo do próprio governo federal também. E assim ó, sucateado por sucateado, os nossos CRAS também estão sucateados e não prestam serviço algum direito. Desculpa, mas o CRAS faz serviço porco para nós. Das poucas vezes que eu precisei de um CRAS, fui bem atendido por causa de uma pessoa e não por causa do serviço geral, tá? Não tem nada a ver CRAS com o que está sendo discutido, mas foi levantado aqui para ser falado. Mas assim ó, se for para nos auxiliar e melhorar a vida da população que a gente tem aqui sem esgoto, sem água, também que nós temos... Temos pessoas aqui dentro, ali ó, numa das nossas comunidades, o Jardim Protásio II, onde a água chega pouco, é o primeiro lugar a faltar água, se há qualquer coisa, até um calor mais forte, é o primeiro lugar. A Jardim do Verde também é uma comunidade onde são os mais elevados, tarifa social, é água social, para eles falta água direto e reto, não importa se é verão, inverno. Traz a melhoria? É o que me importa, onde essas pessoas tenham acesso melhor à água, ao esgoto, tenham condições de vida melhor, é o que eu quero para a minha comunidade ser melhor. Como foi dito, o nosso é o pior IDH de todo o Município; já foi o segundo, mas hoje é o pior. É uma vergonha, mas nós temos que lutar por isso. Por isso aqui a gente luta, é uma luta árdua, muitas vezes silenciosa e é invisível, nós estamos aqui e faremos sempre para isso. E é só o que eu quero: a melhoria para a minha comunidade e a melhoria para nós, para a nossa população aqui dentro. Muito obrigado, uma boa noite a todos.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Muito obrigada, boa noite. Agora, o Sr. Eduardo Secchi está com a palavra, por cinco minutos.

SR. EDUARDO SECCHI: Meu nome é Eduardo, eu trabalho aqui, nós temos uma ONG, o Multiplicidade, que tem uma rede de cozinhas comunitárias aqui na Zona Norte, tenho trabalho diário aqui, justamente atingindo aquelas comunidades que têm mais necessidade. Eu acho que a gente tem que falar aqui o que é o real do negócio, né? Porque não vai tratar água e não vai tratar esgoto lá no Jardim do Verde, lá no Jardim Protásio Alves, porque a comunidade não é regularizada. E privatizar ou conceder, ou qualquer palavra que seja, não vai resolver o problema, porque eles não vão investir. Assim como a CEEE também não investe para regularizar a luz, porque não é legalizado. E enquanto a Prefeitura não tiver um programa de urbanização não vai regularizar. E a gente vai vender, não vai ter o retorno e vai ficar mais tempo sem água. Eu fico perguntando o seguinte: dizem que o DMAE vai levar cem anos… Quem está gerindo a Prefeitura são basicamente as mesmas pessoas há dez anos, e não progrediu em nada. Diz lá no gráfico do colega que o DMAE arrecada R$ 100 milhões de lucro por ano, daí eu fico pensando: tá bom, mas com esses R$ 100 milhões de lucro por ano, se tu colocares um atravessador, que é essa empresa privada, ela vai ter que ter lucro - hoje a Prefeitura não precisa ter lucro com o DMAE, ela pode usar todo o dinheiro do caixa que sobra para fazer investimento -, nós vamos meter um atravessador, e, mesmo assim, ele vai entregar o serviço de investimento, daí dizem que vai ser o BNDES que vai pagar, mas quem é que vai pagar o BNDES? Porque tudo aquilo que dá lucro eles querem vender, que é a água, tudo aquilo que dá prejuízo, que é captar a água, que é tratar esgoto, eles vão manter com a Prefeitura, então, a gente vai pagar a água, e vai pagar o imposto ao invés de ter creche, ao invés de ter CRAS, ao invés de ter qualquer serviço público, vamos ter que custear o tratamento da água, que agora não vai ter o DMAE captando e pagando isso, fazendo esse negócio aí cruzado, então, eu não estou entendendo em que momento que vai entrar mais dinheiro. E alguém falou aqui que a tarifa vai aumentar 34%. Eu acho que é por aí. Vai aumentar a água para todo mundo. Dizem que a tarifa social vai permanecer, porque a lei é federal, tudo bem, mas a tarifa pode aumentar. E, além disso, quem trabalha CLT, que não tem a tarifa social, vai aumentar muito a água. E é

daí que vai sair o dinheiro. Então, a gente vai pagar uma água a mais, quem não tem esgoto vai continuar sem esgoto, porque eles não vão regularizar a comunidade, porque não tem programa de habitação sério. A gente está há anos tentando regularizar metade do bairro e não tem programa para isso. E não vai a empresa privada vir aqui investir, porque é ilegal. É esse o debate. Então, a gente vai vender um negócio que é nosso, que hoje presta um serviço que é *ok* - a gente tem várias críticas ao DMAE, ninguém gosta de ficar dois, três dias sem água -, mas me parece que todo mundo é contra o que aconteceu com a Equatorial, com a CEEE, que agora fica mais tempo sem luz, demora mais para voltar, tu ligas dois, três dias, fiquei quatro dias sem luz, nem tinha chovido, e agora a gente vai fazer a mesma coisa com a água? Daí dizem que a gente não vai vender inteira, daqui a 30 anos a gente vai ter... É que nem falaram: tem fiscalização no serviço da educação, não tem monitor nas escolas que são privatizadas - uma parte dos monitores -, não tem assistência social, os postos de saúde daqui não têm mais médico, então, todos esses modelos de privatização e concessão não deram certo, e aí o da água vai dar certo? Algo que demanda mais investimento, mais dinheiro. Olha aí a quantidade de dinheiro que falaram que vai precisar. Eu acho que não é esse o caminho, acho que tem muita falta de vontade de conseguir resolver, tanto na parte da habitação, que consegue resolver a água e esgoto, quanto na parte de cuidar do DMAE para que ele faça o trabalho dele. Então, acho que boa parte do pessoal tem que entender isso. A gente não está falando sobre se vai melhorar. Não vai melhorar. Ponto. Nós vamos passar 35 anos sem ter como cobrar. Porque, hoje, com o DMAE, a gente vai lá, vota no prefeito, vota nos vereadores, cobra para que eles resolvam, o vereador do bairro, e, quando for privado, pode chorar, não vai ter fiscalização que resolva, porque vai ser uma empresa privada, vai dificultar muito mais a fiscalização. (Palmas.)

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada. A Sra. Luciana Moura está com a palavra.

SRA. LUCIANA MOURA: Boa noite, pessoal, sou Luciana Moura, sou servidora do DMAE há 33 anos. Uma das coisas que se fala é que o governo federal é a favor de PPP, faz PPP ou concessão. Eu estou em Porto Alegre, não importa qual é o governo que esteja aqui, se é PP, se é PT, PDT, pessoal, não me importa qual é o governo que esteja em Porto Alegre, eu sou contra a privatização, a concessão, ou seja lá qual o nome que quiserem dar, do DMAE. O DMAE consegue fazer os serviços. Mas vocês sabem que, desde 2017, o DMAE não consegue trabalhar? Tem muitas pessoas que acham que o DMAE é um órgão separado da Prefeitura. Pessoal, o DMAE é uma das secretarias da Prefeitura. Ele é um departamento e quem manda no DMAE é o prefeito Melo. Então, pessoal, não caiam nessa. E tem mais: o pessoal que gosta de falar muito que não vai aumentar a tarifa porque tem uma lei municipal. Quem é que pode mexer nas leis municipais são os vereadores, então a qualquer momento pode cair e pode ser aumentada a tarifa. Uma coisa que não sei se vocês sabem, o DMAE, como é um órgão público, não paga alguns impostos, não paga INSS, PIS, COFINS; a empresa que ficar vai pagar, e quem é que vai pagar a conta, a empresa é boazinha? Não, somos nós quem vai pagar. E a Prefeitura, o que que vai fazer? Eu queria até saber do governo se eles sabem se quantos clientes que estão inadimplentes com a tarifa social, uma das grandes vantagens do privado frente ao público é ser mais efetivo na cobrança. E é possível estimar quantas famílias passarão a pagar a água sob pena de terem a água cortada? Outra coisa, hoje os imóveis do Município, como escolas, postos de saúde, praças não pagam água. Há estimativa de qual será o valor que o Município vai despender mensalmente para pagamento dessas contas? Quem vai pagar somos nós, não é?

Os servidores do DMAE têm treinamento, têm cursos, os mais antigos passam conhecimento para aqueles que estão ingressando. E a gente sabe que as empresas privadas, por exemplo, a Aegea com a Corsan, não tem mais servidor da Corsan, e é feito de qualquer jeito o serviço. Como é que está a qualidade da água da torneira das pessoas do Rio Grande do Sul, de Canoas, das praias –

tinha sempre reclamação desde que a Aegea ficou com a Corsan, que a água não tem qualidade.

Mais uma coisa que eu queria contar para vocês, eu sou de laboratório do DMAE, trabalho com esgoto. O DMAE só dá água tratada, pessoal, tem em torno de 1 bilhão de análises por ano da água tratada. Vocês podem saber que o DMAE percorre toda Porto Alegre e vai em algumas casas, porque é feito por amostragem, vai aos bairros, coleta água daquelas casas, faz as análises para saber da potabilidade e tem que botar no *site* do Ministério da Saúde os resultados das análises. Então, tem um controle muito grande das análises do DMAE. Quem ficar com o DMAE vai fazer esse controle? Pensem bem, a tarifa social é federal, tudo bem, mas como disse algum que falou antes de mim, pode aumentar a tarifa, vai ter que aumentar também a tarifa social. Então, a gente não pode cair no conto, pessoal. O DMAE pode fazer o serviço, está há oito anos e meio parado, não tem como o DMAE fazer as coisas se o prefeito não deixa, certo? Obrigada pela atenção.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada. O Sr. Marco Antônio está com a palavra.

SR. MARCO ANTÔNIO CARREIRO: Boa noite, pessoal. Marco Antônio. Então, eu estou de acordo, não é? Porque eu falo aqui como uma organização da região e a gente faz diversos atendimentos para jovens da comunidade e um dos maiores problemas desses jovens, da família desses jovens, está relacionado a algum serviço do DMAE. Então, são coisas que são relatadas diariamente, não só pelos jovens, mas também por empreendedoras atendidas. Então, eu acredito que se essa concessão for feita de forma responsável, eu gostaria de frisar isso, de forma responsável é um caminho que a cidade de Porto Alegre pode alcançar para começar a triar ali os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável. Porque se hoje a gente vai demorar todo esse tempo para conseguir, por que não tentar uma nova alternativa? Mas essa é a minha opinião, concordo com tudo que os outros colegas falaram anteriormente, não estou desvalorizando a

palavra de ninguém, mas é isso que eu penso e é isso em que eu acredito. Então, acho que a gente está apto a pensar que as coisas podem melhorar e podem ser diferentes. Então, é esse aí o meu apelo aí, boa noite, obrigado.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Muito obrigada. A Sra. Gisiane Domingues está com a palavra.

SRA. GISIANE DOMINGUES: Boa noite à Mesa, boa noite a todos. Bom, gente, eu sou a favor da concessão porque eu não sei qual a realidade com respeito a todos que falaram aqui, moradores ou o pessoal do DMAE, mas a nossa realidade, a gente aqui é totalmente diferente, onde a realidade que tem, não sei onde vocês estão vendo isso, porque a gente sai de dentro de casa pisando no próprio esgoto, no esgoto dos nossos vizinhos, a gente fica sem água e não... Somos os primeiros a ficar sem água e os últimos a voltar a água. Como delegada do Orçamento, comecei com isso e começamos a ver as coisas, hoje sou conselheira da região, e a concessão é um meio que a comunidade, que a região em si está vendo uma forma de alcançar alguma coisa, de alguma coisa acontecer. Como foi falado agora há pouco: “Ah, vocês vão pagar mais.” Gente, a gente já está pagando, a gente está pagando por uma coisa que a gente não tem, que a gente não recebe e que, muitas vezes, a mãe de família que trabalha oito horas chega em casa e não tem água. Chega em casa, tem que pisar no seu próprio esgoto a céu aberto.

Então, não muda muita coisa de uma outra. Se não tiver uma tentativa de mudança, então, não sei. A gente vai continuar esperando 100 anos ou vamos tentar 30? Pode ser que não, pode ser que sim, mas a gente tem que tentar. Tudo funciona na forma de tentar. Eu não quero que o meu filho, que os meus netos estejam na mesma situação que eu, tendo que estar sempre aí, brigando, na luta, correndo atrás.

E vocês me desculpem, mas o serviço do DMAE está precário, muito precário, porque, como comunidade, não somos só nós. Sou do Jardim Protásio Alves; tem o Jardim do Verde, Recanto do Sabiá, Marcos Klassmann e outras

comunidades. A gente está aqui, a gente sabe qual é a nossa realidade. Venham conhecer a realidade para poder falar com categoria.
Boa noite, obrigada e desculpa alguma coisa, gente, mas a gente também tem que saber que vocês estão falando o que vocês querem, mas a gente também sabe, porque a gente mora aqui. Venham ver a realidade para poder dizer. Se vai ser bom ou não, só tentando. Boa noite e obrigada.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada, boa noite. Encerramos a fala da participação. Vou usar o meu tempo de cinco minutos como vereadora. Sou a Ver.ª Mariana Lescano. Quero dizer que estou muito feliz por, nesta noite fria, ter pessoas engajadas nessa pauta que é tão importante para todos nós. Quando nós falamos sobre o DMAE, quando nós falamos sobre tratamento de esgoto, estamos falando da dignidade das pessoas. Temos andado muito, sim, nas comunidades, para verificar a situação que cada um está vivendo, e sei que são diversas as opiniões, mas eu ainda fico com a ideia de que a concessão é uma nova alternativa para aquilo que não vem dando certo. Acredito que nós temos que dar essa chance de tentar algo novo, para que, daqui a 10, 20 anos, nós possamos estar em outra realidade com as comunidades.
A falta de esgoto, a questão da falta de tratamento, afeta principalmente as pessoas mais vulneráveis, e é por isso que eu acredito, sim, que essa alternativa vai trazer algo positivo para Porto Alegre. Ela é parcial, e temos que lembrar que não é privatização. Gosto sempre frisar isso para que a verdade possa chegar até a população. Então, muito obrigada. Qualquer coisa, coloco sempre o meu gabinete à disposição para que possamos tirar dúvida. Passo agora a palavra para o governo. Cinco minutos, governo.

SR. ANDRÉ CORONEL: Bom, pessoal, no início eu esqueci aqui de cumprimentar a Mesa, mas agora vou fazê-lo: Ver. Coronel Ustra, Ver.ª Mariana Lescano, Luiz Afonso, Edson, Jeferson, bem como Matheus. Obrigado pelo debate. Mas, gente, sendo muito rápido, recapitulando, nós já tivemos modelos de concessão aqui no Município, lembrando alguns modelos que deram certo

aqui em Porto Alegre. Por exemplo, as paradas de ônibus – essas novas paradas de ônibus – são frutos de uma concessão. Nós tivemos o trecho 1 da orla; hoje, a orla, lá junto ao Gasômetro, é concedida. A iniciativa privada mantém o local em troca de explorar economicamente aqueles quiosques que ficam lá na beira da orla. Esse é o modelo.

O modelo das paradas de ônibus: a empresa faz as novas paradas e, em troca, ela explora a propaganda que aparece nas paradas. Esses são só dois modelos de concessão que eu estou exemplificando para vocês, que estão dando certo aqui em Porto Alegre. Lembro um terceiro: a iluminação. Hoje, a iluminação de LED da cidade é graças também a uma parceria com a iniciativa privada.

Então, suscintamente, eu quero dizer que o principal – e uma pessoa destacou muito isso – é a responsabilidade do poder público em fazer um bom modelo, uma boa modelagem de concessão, que tenha um equilíbrio de economicidade, do valor da tarifa com o serviço prestado e com uma boa fiscalização. Esse é o maior desafio: realizar uma modelagem correta, séria e que possa trazer segurança tanto para a comunidade em geral, para a gestão pública, e especialmente para a comunidade que esses serviços serão executados.

Então, a gente tem que agir com muita responsabilidade e fazer uma modelagem adequada, séria e correta. É isso que a gente quer, e a gente tem a convicção de que essa é a forma que a gente vai conseguir acelerar esses investimentos tão necessários, especialmente para as comunidades que mais precisam.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, secretário. Bom, em termos finais, quero apenas agradecer a presença de todos, agradecer mais uma vez à Ver.ª Mariana Lescano, em seu nome, aos demais membros da Mesa, pela oportunidade de nos colocarmos à disposição, sempre, para qualquer esclarecimento ou, inclusive, para continuar tratando do tema, levando informação e, eventualmente, desmistificando alguma questão, trabalhando outras perspectivas sobre determinado ponto. Em resumo, deixar a todos aqui, a gente falou muito sobre alguns termos específicos, pessoas dizendo sobre compra, venda, privatização, concessão; não se trata, em resumo, de entregar

nada a ninguém. Trata-se de um contrato, se trata de uma licitação para contratar obras e serviços. É isso. Em resumo, é isso, pessoal, é uma forma de contratar obras, de expandir serviços, de realizar investimentos num curto espaço de tempo, num contrato de longo prazo. Então, uma boa noite a todos, muito obrigado.

SR. JEFERSON NEVES MACHADO: Boa noite a todos. Agradeço à Mesa novamente, a todos da Mesa aqui presentes, e a todos os presentes nesta noite fria. Só para conversar com vocês, eu também gostaria de acreditar mesmo piamente que, se nós concedêssemos, o serviço iria melhorar. Então, eu piamente acredito, se nós concedermos, o serviço vai piorar. Por isso que eu estou, aqui, não como servidor, mas como cidadão, esse tipo de serviço vai piorar para a cidade de Porto Alegre. Quem nasceu na década de 1970 vai se lembrar que, lá em 1970, nos bairros, nas vilas – eu nasci numa vila, no bairro Cruzeiro –, o pessoal não tinha água encanada, eles iam lá na bica pegar com água com balde. Isso nós vamos voltar, vai chegar a voltar, isso aí, é isso que vai acontecer.

E a questão de esgoto, eu também queria acreditar piamente que eles iriam investir nos 18 bairros aqui, nos 15 bairros aqui da região, que ia melhorar o esgoto, que ia melhorar os mananciais, mas, infelizmente, tudo que a gente tem visto, todas as concessões feitas na cidade de Porto Alegre pioraram o serviço. Os investimentos não vieram, o dinheiro é do BNDES, esse investimento é muito alto, como foi apresentado ali, a empresa privada não vai fazer isso aí. O DMAE foi tolhido durante oito anos, está sendo tolhido de prestar um bom serviço. A intermitência se dá, porque, em vez de nós estarmos fazendo uma gestão de fazer os projetos, os planejamentos das estações de bombeamento de água, ampliar as estações de tratamento de água, as redes de água, melhorar as redes de esgoto, não, se parou tudo, se parou tudo. Se fez gestão, tivemos a pandemia, tivemos a enchente, quem estava lá na ponta, que não foi falado para vocês, eram os servidores do DMAE, todos os 1.000 hoje, que hoje já estão em 954, nós tínhamos 1.400 servidores, mais os servidores que vieram da Sabesp

que vieram nos ajudar, então nós trabalhamos. Eu trabalhei 15 dias, 12 dias das 7h da manhã às 11h da noite, à meia-noite. Então, todos os servidores que trabalham aí, pode o serviço estar intermitente, sim, mas tem muitos serviços realizados na região, terceirizados, então esse já é um modelo de concessão, uma terceirização. Nós temos muitos serviços terceirizados no DMAE, que, infelizmente, os servidores têm que fazer o retrabalho, então isso vai acontecer. Eu queria também acreditar. Quem é a agência que vai regularizar isso aí? A Agergs tem 70 servidores, a Agergs, que é do Estado, que regulariza a água e outras coisas mais, que vai regularizar, tem 70 servidores. Quem é que vai ser a agência reguladora? Eles vão ter que criar uma agência. Vão criar uma agência privada para regular o sistema privado? Então, isso vai impactar vocês. Por isso que eu sou contra a concessão; como cidadão, eu sou contra a concessão porque vai privatizar, e as periferias vão sentir isso aí. Daqui a 5 anos, 2030, 2033, infelizmente, se acontecer isso aí, não vai melhorar, nós estamos vendo em todo o Brasil que o saneamento está piorando, foi feita a concessão e privatização de vários lugares. Manaus tem há 20 anos uma concessão que chega a 20% de esgoto, que não tratou esgoto nenhum durante esses 20 anos, foram concedidos com a mesma ideia de fazer o tratamento de esgoto. Então eles tratam 20%, há 20 anos eles estão lá. Então, é isso que está acontecendo, e é isso que vai acontecer aqui na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado e boa noite a todos.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Obrigada pessoal, pela participação; obrigada, secretário André Coronel; obrigada, Matheus; obrigada, Simpa; obrigada, diretor Luiz Afonso; obrigada, Coronel Ustra, Jonas Reis; muito obrigada a todos. Declaro encerrada a audiência e que Deus abençoe cada um de nós.

(Encerra-se a reunião às 20h37min.)